

Paulo Hamurabi Ferreira Moura¹

A autoridade e a razão no itinerário filosófico de Agostinho

Resumo: O artigo aborda a função da autoridade na investigação filosófica e o status da razão no percurso filosófico agostiniano. Agostinho defende que o recurso a autoridade na filosofia não exclui a racionalidade, pois na perspectiva dele não existe autoridade sem racionalidade. Agostinho defende que, cronologicamente, a autoridade precede a razão, mas não a exclui.

Palavras-chave: Razão, autoridade, verdade, inteligência, corpo, sentidos.

Abstract: The present paper addresses the role of authority in philosophical inquiry and the status of reason in the Augustinian philosophical journey. Augustine argues that the use of authority in philosophy does not exclude rationality, since, in his perspective, there is no authority without rationality. Augustine argues that, chronologically, authority precedes reason, but does not exclude it.

Keywords: Reason, authority, truth, intelligence, body, senses.

Introdução

Neste artigo investiga-se a seguinte questão: A filosofia agostiniana do recurso à autoridade exclui a razão? Ou seja, com outras palavras, poderia haver complementariedade entre autoridade e razão no itinerário filosófico agostiniano? Agostinho, depois de um longo caminho marcado pela dúvida intelectual e por uma crise existencial, descobre que a razão não é suficiente para conhecer a verdade. O racionalismo o havia conduzido à porta do desespero e do medo de morrer sem chegar ao conhecimento da verdade. Mas, no seu espírito sedento de conhecer a verdade, havia sempre uma pequena chama que o impelia a buscá-la. Assim, estimulado pela certeza que a verdade existe e que o homem pode

¹ Doutor em Teologia. Professor do Instituto Superior de Ciências Religiosas do Rio de Janeiro, filiado a PUC-Rio; Instrutor do Instituto Militar de Engenharia. E-mail: paulohamurabi@gmail.com

conhecê-la, ele procura outro método para prosseguir suas investigações aguardando um “vento favorável” capaz de ajudá-lo. Enfim, ele se aproxima da autoridade de Cristo, da qual não se afastará mais.

1. A necessidade da autoridade

Os maniqueus haviam fascinado Agostinho com a ideia de jamais aceitar algo sem justificação racional. Todavia, Agostinho esteve sempre guiado pelo desejo de encontrar a verdade e pelo anseio de obter as respostas para as grandes questões existenciais como: A origem do mal, o problema da felicidade, a imortalidade da alma. A propósito da sua busca da verdade, ele escreveu a Honoratus, o tratado *Sobre a Utilidade do Crer*: «Por ela (verdade), tu sabes, nos temos, desde nossa primeira juventude, movido por grande amor»². Mas, como nós sabemos, não obstante seus esforços para descobrir e conquistar o senso da vida no maniqueísmo, Agostinho acaba caindo no ceticismo, ou seja, à beira do desespero de não ser capaz de encontrar a verdade³. A este respeito, escreveu ele no diálogo *Contra Acadêmicos*: «Eu não sei como eles me convenceram que o homem não pode descobrir a verdade: Isso me tornou preguiçoso e inerte»⁴. Ora, nós podemos admitir que isto levou Agostinho a duvidar da capacidade da razão de encontrar por ela mesma a verdade. Esta situação de desconfiança despertou em Agostinho a importância da autoridade no itinerário de busca da verdade e ao mesmo tempo admitir a capacidade da razão de se abrir à fé. Neste contexto, podemos interrogar: O que é autoridade para Agostinho? A autoridade, na perspectiva agostiniana, é uma referência divina ou humana sobre a qual se apoia uma investigação filosófica⁵. Com efeito, a propósito da descoberta da necessidade da autoridade ele diz na sua obra *Sobre a Utilidade do Crer*:

² AGOSTINHO, *De util. cred.*, I, 1.

³ Cf. *Idem*, *Conf.*, VII,V, 7.

⁴ *Idem*, *Cont. acad.*, II, IX, 23.

⁵ No capítulo terceiro do XI livro do tratado *Sobre a Cidade de Deus*, Agostinho descreve algumas categorias de autoridade como (AGOSTINHO, *De civ. Dei*, XI, 3): «Autoridade da Escritura canônica, obra do Espírito Santo. Deus falou primeiro, por intermédio dos profetas, depois, diretamente, Ele próprio, e

Às vezes, refletindo a capacidade, a vitalidade, a sagacidade e a perspicácia do espírito humano, eu pensava comigo mesmo que se a busca da verdade parece impossível, isto ocorre porque faltam os métodos que permitem o acesso a ela... é preciso recorrer a uma autoridade divina⁶.

Agostinho está consciente de que a verdade existe e que o homem pode encontrá-la, mas sem prescindir de um ponto de apoio fornecido pela autoridade. Mas o recurso à autoridade em Agostinho não é consequência de uma visão pessimista do homem, mas, ao contrário, da confiança no espírito humano, que embora seja vulnerável e sujeito a inconstância e ao desestímulo retém o desejo de conhecer a verdade e a intuição que pode chegar ao conhecimento certo das coisas. Neste sentido, o pensamento agostiniano nos leva a acreditar que a grandeza do espírito humano não se manifesta na resignação à investigação, mas no fato de escolher um método para realizar a pesquisa se apoiando sobre a autoridade. Todavia, Agostinho defende que a certeza que o investigador tem de que chegará ao término da pesquisa, isto é, à verdade, implica um ato de fé na autoridade, que, no entanto, não dispensa o uso da razão.

No que diz respeito ao recurso a autoridade, Agostinho mostra que o exercício da confiança na autoridade ocorre com frequência na vida social. Ele sublinha numerosos casos em que isso acontece. A esse respeito diz nas *Confissões*:

Tantos fatos da história dos povos, tantas notícias sobre lugares e cidades que não vira tudo o que aceitava acreditando em amigos, em médicos e em outras pessoas que, se não as acreditássemos, não poderíamos dar um passo na vida. E, sobretudo, que fé inabalável eu tinha em ser filho de meus pais, coisa que não poderia saber sem prestar fé no que ouvia (*Conf.*, VI, V.7).

O raciocínio é o seguinte: se até o bem da vida social, a concórdia e a relação entre as pessoas supõe confiança, quanto mais o conhecimento das coisas inteligíveis.

finalmente, na medida em que o julgou suficiente, pelos Apóstolos. Instituiu também a Escritura chamada canônica e investida da mais alta autoridade».

⁶ *Idem, De util. cred.*, VIII, 20 (online).

2. A função pedagógica da autoridade em Agostinho

Agostinho defende que a Autoridade tem uma função pedagógica, porque ela prepara a razão para a reflexão colaborando para que ela permaneça livre, isto é, sem as influências das paixões que poderiam travar a capacidade da razão de superar o horizonte material para se abrir às realidades inteligíveis. Para Agostinho, dar assentimento às realidades criadas por Deus, como a Igreja e a Bíblia, prepara o espírito do homem para escolher a verdade. É por isso, que ele afirma: «Para mim, crer antes de raciocinar é necessário porque predispõe o espírito humano a receber os germes da verdade... »⁷. Mas Agostinho defende também a posição de que não se deve esquecer que a Autoridade não substitui a razão, apenas prepara o caminho para ela acender à verdade propondo o exercício das virtudes. Agostinho reconhece que isso é fundamental, pois somente um espírito sublime pode se elevar até a Verdade Suprema. Analisemos o que ele diz na seguinte passagem do diálogo *Sobre a Vida Feliz*:

Ensina-me, mostra-me, oferece-me as provisões para a viagem. Se é com a fé que te encontram os que se refugiam em ti, dá-me fé; se é com a força, dá-me força; se é com ciência, dá-me ciência. Aumenta em mim a fé, aumenta a esperança, aumenta o amor⁸.

E no sexto versículo ele completa: «Livra-me do erro... se nada mais desejo senão a ti, Pai então eu te encontro logo. Mas se houver em mim desejo de algo supérfluo. Limpa-me e torna-me apto a ver-te»⁹.

Nós percebemos que o primeiro elemento que aparece neste trecho é a invocação à Autoridade. Isso dá a entender que a investigação filosófica para Agostinho começa por um ato de confiança que, por sua vez, para ele, é o meio através do qual a Autoridade purifica ou liberta o investigador dos apegos excessivos as representações sensíveis. Com efeito, segundo Agostinho homem após a queda, tornou-se míope com relação às coisas imateriais. E neste sentido, a fé é o remédio que purifica e cura o pesquisador de sua miopia com relação ao mundo inteligível. Outro elemento que sobressai nesse texto é a necessidade de um guia no

⁷ AGOSTINHO, *De util. cred.*, XIV, 30 (online).

⁸ *Idem*, *De beat. vita*, I, 5.

⁹ *Idem*, *Ibid.*, I, 6.

percurso de busca da Verdade. Agostinho suplica: «Inspira-me, guíame». Isto quer dizer que segundo a visão agostiniana o investigador parece incapaz de encontrar sozinho o percurso certo que conduz a Verdade; o auxílio da Autoridade é o caminho que o pesquisador deve se servir para alcançar sua finalidade. A Autoridade, ao indicar o caminho, preserva aquele que investiga de cair na ilusão, acreditar em imagens sensíveis que podem lhe desviar do caminho¹⁰, quer dizer da verdade. Com efeito, Autoridade neste contexto não descarta a razão ao contrário a fortalece contra a instabilidade da vontade¹¹. Concentremos a atenção sobre este aspecto que estamos analisando e perceberemos que o ponto de partida da investigação filosófica em Agostinho é a Autoridade. Por outro lado, o ponto de apoio da ascensão neoplatônica que o marcou no início de seu itinerário filosófico foi unicamente o desejo de chegar ao 'Uno', contando apenas com suas forças intelectuais e racionais, pois a autoridade não era o ponto de partida da busca neoplatônica da verdade. Assim, parece razoável dizer que quando Agostinho, nesta passagem que estamos analisando, invoca o auxílio da autoridade para conhecer a verdade está convencido da inequação do método filosófico de Platão e Plotino que excluíram o recurso a Autoridade de seus respectivos percursos filosóficos. Agostinho parece estar seguro que a filosofia platônica, não obstante a intuição da existência do mundo inteligível, parece incompleta, pois faltou o ponto de apoio da autoridade capaz de auxiliar o investigador a chegar ao mundo inteligível, onde Platão dizia que a verdade habitava¹². A este propósito, vejamos o que Agostinho escreve no tratado *Sobre a Cidade de Deus*:

¹⁰ A esse respeito diz no tratado *Sobre a Trindade* (AGOSTINHO, *De Trin.*, XII, VII, 10): «Mas porque a excessiva aproximação das coisas inferiores é perigosa para a atividade racional que se exerce sobre as coisas corpóreas e temporais, deve ter o domínio».

¹¹ *Idem*, *Conf.* VII, XVIII, 24: «E procurava o caminho para adquirir força que fosse conveniente para eu fruir de ti, e não encontrava, enquanto não abraçasse o mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus, que é, acima de todas as coisas, Deus bendito por todos séculos, o qual me chamava e dizia: Eu sou o caminho, a verdade e a vida».

¹² A esse respeito diz no diálogo *Contra Acadêmicos* (*Idem*, *Cont. acad.*, III, XVII, 37): «Para o meu propósito basta dizer que Platão pensou que há dois mundos, um inteligível no qual habita a própria verdade, e este outro, sensível, que se nos manifesta pela vista e pelo tato. Dizia que conseqüentemente aquele é

[...] Por isso, para as coisas fora do alcance dos sentidos, visto não podemos conhecê-las por nossa própria conta, buscamos outras testemunhas e damos crédito àquelas fora de cujo alcance sensorial não cremos estejam ou tenham estado semelhantes coisas¹³.

Agostinho reconhece que uma autoridade humana não era suficiente para defender a existência do mundo imaterial e nem muito menos guiar alguém até ele. Por isso, Agostinho evoca o exemplo de Platão, não obstante sua aguda inteligência e fama, não conseguira convencer as multidões da existência do mundo invisível¹⁴. A este respeito parecem digno de consideração o que encontramos no célebre diálogo do *Contra Acadêmicos*:

Quem pode mostrar-nos a verdade? Explicaste-o tu, Alípio, e preciso esforçar-me muito para não discordar do que disseste. Com efeito, disseste de modo não somente conciso, mas também e, sobretudo religiosamente que só uma divindade pode mostrar ao homem a verdade. Ao longo desta nossa discussão não ouvi nada mais agradável, mais profundo e mais provável e, se esta divindade, como espero, nos assiste, nada mais verdadeiro. Com que elevação de espírito e atenção ao que há de melhor em filosofia, evocastes o famoso Prometeu. Prometeu – e aqui notai jovem, que os poetas não devem ser totalmente desprezados pela filosofia. Prometeu, digo, é a imagem da verdade. Nos poemas, Prometeu assume e representa o papel da verdade, que ninguém pode alcançar se enganado pelas falsas aparências, afrouxar ou abandonar os nós da compreensão¹⁵.

O texto acima faz alusão à existência de uma Autoridade capaz de mostrar ao filósofo a verdade, ao mesmo tempo em que não descarta a

verdadeiro, este é semelhante àquele e feito a sua imagem, que o primeiro é o princípio da verdade, na qual se aperfeiçoa e purifica a alma que se conhece a si mesma, enquanto o outro pode gerar na alma dos insensatos não a ciência, mas a opinião».

¹³ *Idem, De civ. Dei*, XI, 3.

¹⁴ A esse respeito diz no diálogo *Contra Acadêmicos* (AGOSTINHO, *Cont. acad.* III, XVII, 38): «Por isso, como a multidão é propensa a cair em opiniões falsas e o hábito das coisas corporais leva facilmente, mas não sem perigo, a crer que tudo é corporal, aquele homem tão penetrante e culto decidiu antes desinstruir aqueles que via estarem mal instruídos que instruir os que não julgava capazes de aprender. Daqui provem todas essas teorias que se atribuem à Nova Academia e das quais os antigos não tinham necessidade».

¹⁵ AGOSTINHO, *Cont. acad.*, III, VI, 13.

função de uma razão aberta pronta para encontrar a verdade onde quer que ela esteja: nos textos sagrados, nos livros dos filósofos, nos diálogos filosóficos, na mitologia e nas poesias literárias. A razão, neste contexto, é chamada segundo o pensamento agostiniano a confrontar-se com o mistério, caso contrário, acaba facilmente debaixo de si. Uma razão forte é uma razão aberta e, por conseguinte, o pressuposto de uma fé verossímil, uma razão que finalmente recebe em Deus, a divindade, a sua possibilidade de pensar: com efeito, para Agostinho Deus é o *Lógos*. Agir contra a razão está em contradição com a natureza de Deus. Por isso, na perspectiva agostiniana, uma racionalidade aberta à luz do *Lógos* divino, como propõe o texto e a sua perfeita revelação, que é o Verbo Divino feito homem, torna-se aberta à totalidade; neste caso, à universalidade de Deus, Autoridade máxima da investigação que possibilita uma razão que vê além dos confins e que supera a dúvida, mas sem cair no inatismo intelectual, pois aqui a dúvida não é vista como ponto de chegada da pesquisa filosófica, mas ponto de partida que chegará ao término, ainda que isso não implique numa estagnação da filosofia, pois a busca é contínua.

Nas páginas precedentes vimos como o homem agostiniano é excessivamente ligado ao mundo sensível e cego em relação ao mundo inteligível, precisa de uma purificação:

Como a mente, porém, a que se encontram unidas, por natureza, a razão e a inteligência, está impossibilitada, por causa de alguns vícios tenebrosos e inveterada, não somente de unir-se à luz incomutável, gozando-a, mas também de suportá-la, até que, renovando-se dia a dia e sarando, se torne capaz de tamanha felicidade, devia, primeiro, ser instruída e purificada pela fé¹⁶.

Então, para Agostinho só o Cristo pode realizar esta purificação, e Ele a realizou pela sua encarnação e pelos seus feitos durante sua vida terrestre. Quando assumiu um corpo conduziu o ser humano do visível para o invisível¹⁷. Nesta perspectiva, o Cristo é a autoridade por

¹⁶ AGOSTINHO, *De civ. Dei*, XI, II.

¹⁷ A esse respeito diz no tratado *Sobre a Trindade* (*Idem, De Trin.*, IV, XVIII, 24): «Necessitávamos de purificação por não sermos idôneos para compreender as coisas eternas e nos oprimirem as imundícies dos pecados, contraídos pelo amor

excelência do mundo visível e do mundo invisível: a Verdade Suprema. A Autoridade de Cristo, para Agostinho, é superior à de Platão, porque Cristo procede do mundo inteligível, e ao mesmo tempo é no Cristo que o homem, escravo do mundo sensível e mergulhado no mar dos sentidos corporais se torna livre.

No final desse trecho que estamos analisando, Agostinho diz: «Purifica-me de qualquer apetite supérfluo, torna-me capaz de te ver». Na realidade, na concepção de Agostinho o pecado lançou o homem dentro de um horizonte completamente material, carnal. Deste modo, o amor às coisas sensíveis e à dominação, que são o campo do orgulho, distanciaram o homem do mundo espiritual e esconderam a alma humana e Deus¹⁸. Por isso, a Autoridade deve purificar o homem. Todavia, podemos nos perguntar: Como a Autoridade invocada por Agostinho pode realizar esta purificação? Em primeiro lugar, pela fé, porque ela submete o homem a Deus; pelo incentivo a uma vida pura, quer dizer, sem a dominação dos sentidos, que restitui à inteligência a faculdade de ver o que é justo sem as névoas dos vícios.

A fé, para Agostinho, é uma adesão da inteligência a uma verdade recebida sem a visão. Ela constitui uma sorte de certeza obscura, mas não irracional. Com efeito, aos olhos de Agostinho, é na adesão a algo obscuro que habita, antes de tudo, a virtude purificadora da fé. Isto significa que ao resgatar o pensamento do homem da fixação das coisas sensíveis, o ato de fé cura os olhos dos homens da obscuridade dos sentidos. Neste aspecto, são eloquentes as palavras que encontramos no tratado *Sobre a Verdadeira Religião* de Agostinho:

às coisas temporais e arraigadas em nossa natureza pela transmissão da mortalidade. Ora, a purificação para nos adaptarmos ao eterno só seria possível através do temporal ao qual já estávamos ordenados».

¹⁸ A esse respeito diz nas *Confissões* (*Idem, Conf., X, XXVII, 38*): «Eis que habitavas dentro de mim e eu te procurava do lado de fora! Eu, disforme, lançava-me sobre as belas formas das tuas criaturas. Estavas comigo, mas eu não estava contigo. Retinham-me longe de ti as criaturas, que não existiriam se em ti não existisse. Tu me chamaste, e teu grito rompeu a minha surdez. Fulgurastes e brilhastes e tua luz afugentou a minha cegueira».

Eis porque o tratamento que em sua bondade inefável a providência divina aplica a alma é boa [...]. A autoridade requer a fé e prepara o homem para a reflexão. A razão conduz a compreensão e ao conhecimento¹⁹.

Na realidade, percebemos que Agostinho justifica o recurso à Autoridade no percurso filosófico atribuindo a ela uma função purificadora. O ato de confiança aparece como o primeiro degrau que permite o acesso à verdade. Agostinho reconhece que a fé na autoridade é a terapia que torna o homem capaz de encontrar a Verdade, que o fará feliz. A instabilidade da vontade torna a fé indispensável sem, no entanto, relegar o papel da razão; pois sem a razão o filósofo não chegaria a recorrer à Autoridade, pois esta não atua sem o exercício da racionalidade. A autoridade não é irracional como ele deixa entender nesta passagem do *Sobre a Utilidade do Crer*: «Levados pela Autoridade, os homens começam pela purificação da conduta moral e eles se tornam capazes de adquirir o conhecimento racional»²⁰. Segundo esta visão, o raciocínio humano pode se tornar, às vezes, obscurecido pela vaidade ou pelo orgulho intelectual. Agostinho, como os platônicos, admite que para chegar à verdade e à felicidade, o homem deve passar por uma sorte de ascese intelectual que implica o desprendimento dos sentidos e das preocupações materiais. Todavia, para Agostinho, o homem precisa também de uma purificação moral, quer dizer, viver de maneira correta, sem as influências dos vícios e paixões mundanas.

3. A autoridade não age sem a razão

Agostinho defende que, cronologicamente, a autoridade precede a razão. Todavia, isso não significa que a autoridade deve suprimir o uso da razão. A função purificadora da autoridade não trava, mas favorece a elevação da razão. A autoridade realiza sua função purificadora em conformidade com o estatuto do homem, composto de alma e corpo.

Agostinho admite que não existe autoridade sem razão; isso está em consonância com o programa filosófico adotado por ele. «*Intellige ut credas*», significa que a inteligência deve, com todas as forças, buscar compreender as razões das coisas a que homem adere pela via da

¹⁹ AGOSTINHO, *De vera rel.*, XXIV, 45.

²⁰ *Idem*, *De util. cred.* XV, 14.

autoridade. Na realidade, nós podemos pensar que quando Agostinho diz que autoridade não existe sem razão, isso significa duas coisas: A primeira, Agostinho recorda a unidade do ser humano: «uma alma racional e um corpo mortal». Ora, se o homem é um ser racional, parece evidente que ele deve utilizar suas faculdades racionais na busca da verdade. Assim, o desejo de conhecer a verdade através da razão é legítimo, pois, o homem possui uma faculdade racional. Deste modo, podemos admitir que Agostinho não desejava propor uma pesquisa filosófica sem reflexão e sem fundamento. Em outros termos, ele sabe que autoridade sem razão é incompatível com o estatuto do homem, composto de alma e corpo. A busca autêntica da verdade supõe engajamento do homem inteiro. A segunda: O homem possui um corpo, pelo qual, ele sente e percebe as coisas; ora, podemos dizer que a autoridade se apresenta ao homem com uma forma visível. Isso quer dizer «*dispensatio temporalis*»; a verdade se manifestou de modo visível na história da humanidade para ser reconhecida pelo homem. Com efeito, essa autoridade, foi concebida pela Providência divina para ajudar o ser humano a encontrar o caminho para chegar à verdade, sem excluir a razão. O homem agostiniano compreende a função da autoridade no percurso filosófico como meio e não como fim da investigação. Percebemos que depois de muitas reflexões e dúvidas Agostinho chega à conclusão: O homem não pode chegar à verdade sozinho, somente Deus pode mostrar o modo de encontrá-la. Agostinho muda a maneira de chegar ao conhecimento da verdade; ele compreendeu que é Deus mesmo, Autoridade Suprema, que através de Cristo, o *Lógos* por excelência, torna o homem capaz de conhecer a verdade. Cristo é o Verbo, autoridade sem a qual a verdade permanece inacessível ao ser humano. Como o homem tem uma razão, a verdade não poderia ser encontrada sem levar em consideração o status do homem: um ser racional composto de alma e corpo.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, A *Cidade de Deus: contra os pagãos*, Parte I, 7. ed., trad. de O. P. LEMES, Vozes, Petrópolis 2002.

_____, *A Cidade de Deus: contra os pagãos*, Parte II, 4. ed., trad. de O. P. LEMES, Vozes, Petrópolis 2001.

_____, *Confissões*, 9. ed., trad. de J. O. de SANTOS, e A. A. PINA, Vozes, Petrópolis 1988.

_____, *A vida feliz: diálogo filosófico*, trad. e notas de N. A., OLIVEIRA, Paulinas, São Paulo 1993.

_____, *A Trindade*, trad. e int. de A. BELMONTE, Paulus, São Paulo 1994.

_____, *A verdadeira religião*, 2. ed., trad. e notas de , N. A. OLIVEIRA Paulinas, São Paulo 1987.

_____. *Contra os acadêmicos*, trad. de A. BELMONTE, Paulus, São Paulo 2008.

_____, *De la Utilidad de Creer*, URL = <http://www.augustinus.it/spagnolo/filosofici.htm> (consultado em: 30/11/2017).

